

H I S T Ó R I A

& U T O P I A S



ORGANIZAÇÃO
Ilana Blaj
John M. Monteiro

A N P U H

Associação Nacional de História

HISTÓRIA & UTOPIAS

*Textos apresentados no XVII Simpósio
Nacional de História*

Organização
John Manuel Monteiro
Ilana Blaj

A N P U H

Associação Nacional de História

1996

AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS NO BRASIL DE 1930 AOS NOSSOS DIAS

uma análise histórica

José Flávio Sombra Saraiva
Universidade de Brasília

Ordem e (Des)ordem

Só existiram duas grandes ordens internacionais nas quais o Brasil, historicamente, se vinculou, como país independente. A primeira, aquela herdada do equilíbrio europeu do século XIX, e que teve suas origens na crise da ordem internacional do Antigo Regime. A segunda, a que se iniciou com a Segunda Guerra Mundial, consagrou a bipolaridade militar e ideológica dos Estados Unidos e da União Soviética e a multipolaridade econômica em torno dos anteriores, da Comunidade Européia, China e Japão.

Agora fala-se de derrocada da segunda ordem internacional, com os novos fatores de destruição advindos da crise do modelo de organização planificada soviética e do Leste Europeu, da extinção da Guerra Fria, do renascimento do nacionalismo e da xenofobia internacionais, da formação de megablocos internacionais, do regionalismo e do novo universalismo, para ficar só com alguns componentes da propalada nova ordem.

Melhor que falar de uma nova ordem internacional, como aquela desejada pelos países pobres na frente dos povos do Terceiro Mundo nos anos cinquenta e sessenta, deveríamos falar da des(ordem) internacional. Primeiro, a nova ordem não está constituída, como nos moldes do concerto europeu do século XIX e início deste ou na coesão da ordem bipolar-multipolar do imediato pós-guerra. A des(ordem) internacional vigente é um ser em gestação, em período transitório irregular que pode adquirir feições muito diversas das que lhe são atribuídas hoje, em especial depois da Guerra do Iraque, da guerra civil iugoslava e das reformas do sistema do apartheid na África do Sul.

Segundo, a des(ordem) internacional, como proposta por Paulo Vinentini, releva os fatores principais do momento, que são fatores de destruição mais do que de construção, e que ocupam os papéis de protagonistas na atual fase. O

momento é de incertezas e indefinições na ordem internacional. No presente momento, os fatores de desordem dominam no sistema internacional.

Terceiro, a des(ordem) internacional vigente tem sido o espaço natural para a convivência contraditória entre interdependência e globalização, por um lado, com o fracionamento político e social, por outro lado. A pintura da nova ordem se parece muito mais com um “mosaico medieval” do que com a montagem de uma orgânica e consistente nova ordem. O novo equilíbrio entre os Estados soberanos desta ordem ainda não está delineado claramente.

O Brasil, que teve fortes vinculações históricas aos dois sistemas anteriores, e que se constituiu ao longo dos dois séculos como um certo intruso nas ordens internacionais através da barganha por espaços que não lhe estavam originalmente destinados, bebe hoje das incertezas do final do milênio. Na atual transição da ordem internacional, onde o novo ainda não se constituiu plenamente, o Brasil busca redimensionar seu novo espaço, em um ritmo mais lento que nos períodos anteriores.

O Brasil nas duas Ordens Internacionais

O nascente Estado brasileiro no início do século XIX vinculou-se profundamente ao sistema internacional. A história da política exterior do Brasil no século XIX, em sua fase imperial, foi claramente afetada pelos arranjos das relações internacionais dominantes. O Brasil inseriu-se plenamente nas regras e nas determinações concretas da ordem internacional. O chamado concerto europeu, ou sistema da pentarquia européia, garantiu a paz e o equilíbrio nas relações internacionais do período. O Brasil, assim, usufruiu do sistema de paz na Europa. Mas também foi levado, gradativamente, à condição de parceiro menor na divisão internacional do trabalho imposta pela Revolução Industrial.

O Brasil teria, assim, sido um agente passivo da ordem internacional do século XIX? Não. No contraditório século XIX, inaugurado com a derrocada do sistema generalizado de guerra, pelo fim das conquistas napoleônicas e pelas independências latinas da América, o Brasil não foi agente passivo. Acomodando-se às forças profundas da ordem, mas também redimensionando os fatores dominantes da ordem internacional na direção do cálculo estratégico, o Brasil foi um país que soube encontrar sua própria trajetória no jogo internacional. A Tarifa Alves Branco foi um momento exemplar da construção da política externa brasileira no século XIX, através da visão própria do chamado interesse nacional.

O mesmo modelo foi transposto para o século XX. Em certo sentido, a política exterior do Brasil das primeiras décadas da República, marcada pelo

modelo agro-exportador e pela defesa dos interesses do setor agrário dominante no interior do Estado brasileiro, também acompanhou as regras herdadas da mesma grande ordem internacional gerada no início do século anterior. O incipiente processo de substituição de importações, no ciclo da Primeira Grande Guerra, mostrou as forças da acomodação do Brasil ao jogo internacional.

Na segunda ordem, a mais recente, o Brasil se inseriu completamente no ordenamento estratégico original gestado pelas superpotências. No imediato pós-guerra, o país não se afastou da conformação das zonas de influência e das fronteiras ideológicas construídas pelos Estados dominantes nas relações internacionais. O Brasil fez parte do arranjo, liderado pela potência imperial ocidental, de contenção do comunismo.

Através do sistema de benefícios e de barganhas que herdara da participação brasileira ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, o Brasil procurou ser o aliado natural da potência imperial na América do Sul. O governo de Dutra teve, assim, um alto grau de inserção no contexto internacional. Apesar de algumas visões pró-germânicas em setores do Estado brasileiro, o país havia escolhido um lado na guerra, com novas implicações internacionais e obrigações para com a potência hegemônica do Ocidente.

O Brasil, entretanto, bebeu da ilusão de que os benefícios e barganhas trariam o desenvolvimento. A ilusão, produto também da Guerra, foi paulatinamente sendo desfeita. Surgia, assim, a forma própria e original em que o Brasil viria a se inserir na ordem internacional bipolar: o modelo do nacional-desenvolvimento ou do nacionalismo de fins.

É evidente que não foi o Brasil o único país do mundo a vislumbrar uma nova forma de inserção na ordem internacional bipolar. De fato, o clamor pelo desenvolvimento nacional se tornou um certo consenso no mundo dos atrasados. A divisão ideológica do mundo vinha sendo, de forma crescente e consistente, objeto de ataques frontais pelos países que iniciavam sua luta nacionalista contra as metrópoles ou acabavam de sair do sistema colonial. Para esses, localizados em especial na África e na Ásia, a libertação política significara a continuação da tutela econômica. Era uma frustração que necessitava ser digerida através de uma voz ativa concertada através da luta por uma nova ordem econômica internacional mais justa entre o Norte e o Sul.

O Brasil, que há muito saíra da situação colonial e já tinha constituído um Estado com níveis bastante mais homogêneos e eficazes na sua burocracia política e econômica, saiu à frente na obsediante determinação desenvolvimentista. Transformou as demandas terceiro-mundistas do desenvolvimento em uma importante estratégia multilateral, no plano da retórica, para garantir ganhos no espaço bilateral. Desenvolveu o método pragmático para lidar com as ambigüidades da política exterior do nacional-desenvolvimentismo.

O cálculo racional foi arma poderosa do Brasil na ordem internacional do final dos anos sessenta e setenta. O governo Médici fez distinção fundamental entre a “política externa do Brasil” e a “política internacional do Brasil”. A primeira lidaria com os princípios relacionados aos direitos dos povos tais como soberania, igualdade das nações, auto-determinação e não-intervenção. As relações com os Estados Unidos deveriam ser primordialmente vistas deste ponto de vista.

Mas a “política internacional do Brasil” deveria enfrentar os verdadeiros desafios, ou seja, aqueles ligados ao projeto do desenvolvimento nacional. Através dela o Brasil deveria migrar dos postulados gerais para matérias práticas julgadas nos termos dos critérios racionais e dos cálculos de custo e benefício. Em outras palavras, instaurava-se no centro da diplomacia brasileira o cálculo pragmático e estratégico.

Foram tais bases conceituais muito próprias à política externa brasileira, mas não exclusivas dela, que levaram o país a encontrar seu espaço na ordem internacional. O Brasil criticou a distribuição de poder no sistema internacional, que havia congelado a possibilidade de emergência de novos centros de poder. Isso implicou na crítica direta aos Estados Unidos e à União Soviética, em uma consistente política de busca de novos parceiros econômicos sem restrições de ordem ideológica.

Evidentemente, a coexistência pacífica, a distensão, os esforços internacionais para o descongelamento do poder mundial pela própria Europa e pelo Japão bem como a emergência de novos atores econômicos nas relações internacionais facilitaram o desenvolvimento do cálculo brasileiro. Mas havia na década de setenta, como hoje, níveis de incerteza muito grandes na ordem internacional. O complexo e confuso “*brave new world*” exigiu uma ação declaradamente pragmática e mais flexível da política exterior do Brasil. No fundo, o projeto do nacional-desenvolvimento correria riscos se não fosse bem entendido pelos formadores de opinião e tomadores de decisão na área externa. Araújo Castro simboliza o quadro perfeitamente quando disse que o Brasil era “chamado a viver” em um novo mundo, com regras próprias e inéditas.

Assim, o pragmatismo foi o instrumento maior de inserção do Brasil naquela ordem internacional. Em nenhum momento o cálculo pragmático postulou a destruição das regras do jogo. Ele simplesmente procurava alterar a posição relativa do Brasil na hierarquia dos poderes. Daí o Brasil ter sido um certo intruso, mas de uma forma bastante diferente do que a Alemanha ou o Japão haviam sido, que também viraram intrusos na ordem, mas através de métodos diferenciados do Brasil.

O projeto do Brasil Grande também ofereceu sua cota de participação à busca de maior autonomia do Brasil na ordem internacional. A euforia desenvolvimentista dos setores médios da sociedade facilitava a relação

simbiótica entre empresários, políticos, burocracia civil, diplomatas do Itamaraty e militares instalados no Planalto. Mas também engendrou ilusões, como aquelas do final da Segunda Guerra Mundial, em gênero e grau diferentes.

A primeira ilusão, que o modelo de desenvolvimento baseado na economia da exportação agressiva e no endividamento externo desmesurado não teria limites, chocou-se com a crueza da vulnerabilidade econômica que se construía paulatinamente. As crises do petróleo e da dívida externa mostraram perfeitamente os limites do modelo.

A segunda, a euforia do Brasil Grande, cedeu lugar ao descrédito na capacidade de reinserção internacional do país nos mesmos moldes das décadas anteriores. As crises do Estado, de suas contas públicas, dos altos níveis inflacionários, da ampliação do bolsão de despossuídos, os recentes desastres políticos do país trouxeram certos níveis de desilusão no interior da sociedade e de sua elite. Tudo isso junto, e o desmantelamento da ordem internacional, ajudaram a reduzir o espaço do intruso dos trópicos.

O Acumulado Histórico e o Desenvolvimentismo

De qualquer forma, para as duas ordens internacionais aqui referidas ao longo dos dois séculos, pode-se observar um certo grau de previsibilidade na política exterior do Brasil. Nos dois séculos, mas com especial atenção à segunda metade do século anterior e ao período do pós-guerra deste século, o país desenvolveu sua conduta externa através de um conjunto de regras de valores e de princípios de conduta com alto nível de continuidade.

Há um acumulado histórico que reforça tradições e dá sustentação às tendências já referidas na parte anterior deste “paper”. O primeiro grande vetor do acumulado histórico é a tradição não-confrontacionista da política exterior do Brasil. Historicamente, o Brasil foi um campeão de teses não-confrontacionistas, sempre pronto a estimular a negociação diplomática e a solução pacífica para as controvérsias.

É evidente que a tradição pacifista teve seus momentos de redefinições. Mas é possível perceber que, desde 1876, ano da retirada das tropas brasileiras do Paraguai, houve uma forte tendência filosófica na direção do pacifismo que vem até os dias de hoje e perpassa as duas ordens internacionais discutidas aqui.

Assim, o Brasil se apresenta, historicamente, como um país “satisfeito” territorialmente, “tolerante” socialmente e “tranquilo” diante dos vizinhos americanos. A tradição pacifista foi também acompanhada por dois outros padrões de conduta: a não-intervenção e a autodeterminação.

A outra grande tradição acumulada ao longo dos dois séculos é a o juridicismo da diplomacia brasileira. Tratados e convenções internacionais são “sacralizadas” pela conduta diplomática brasileira. Esse forte componente da tradição diplomática brasileira também tem uma origem histórica, atribuída à reação a partir da década de quarenta do século XIX aos tratados firmados na independência do Brasil. Os novos tratados, consubstanciados na Tarifa Alves Branco, levaram à destruição gradativa do “modelo mais ruinoso” de política exterior do Brasil ao longo dos dois séculos que foi o das duas primeiras décadas do país independente.

O respeito ao sistema jurídico passou a ter uma força muito grande na condução e na construção do próprio sentido de autonomia na política exterior do Brasil. Originado das barganhas e dos esforços de revisão aos tratados assimétricos com a Inglaterra ainda antes da própria independência política, o juridicismo se transformou em instrumento importante da diplomacia e deu certo sentido conservador que a política externa do Brasil vai manter ao longo do presente século.

Mas, sem dúvida alguma, a mais relevante tradição acumulada pela política exterior do Brasil é o realismo-pragmatismo. Muito embora muitos estudiosos da política exterior brasileira só venham reconhecer o pragmatismo na hora em que os formuladores da política a intitulam de pragmática (governos Geisel e Figueiredo), a tradição remonta de longa data.

Já na ordem política do Império o Brasil denotou sua vocação realista no plano da política exterior. Em certo sentido, a tradição evoluiu do realismo do século XIX para uma definição mais pragmática ao longo do século XX, em especial com os governos autoritários do final da década de sessenta até meados da década de oitenta. Concepções realistas de política exterior podem ser encontradas tanto em Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, como em José Maria da Silva Paranhos, o Visconde do Rio Branco, para ficar em nomes do século XIX.

No presente século, destacam-se nomes realistas na política exterior como o do Barão do Rio Branco ou mesmo o de Getúlio Vargas. O último chegou a dar consistência teórica ao pragmatismo, combatendo o ornamentalismo da política exterior da República Velha, a do modelo agro-exportador. Vargas insistiu já na década de trinta na idéia de uma diplomacia que se desdobrasse em um caráter prático e eficaz.

No fundo, o acumulado histórico da política exterior brasileira se confunde com a história do realismo e do pragmatismo das posições externas do país. A maior matriz onde se inseriu o pragmatismo foi a obsediante demanda desenvolvimentista que tomou fôlego depois de 1945.

O atrelamento da política exterior brasileira às teses desenvolvimentistas foi certamente o vetor maior no período que se inicia com o fim da Segunda

Guerra Mundial e com a crise do Estado Novo. Em sua versão liberal, como aquela do governo Dutra, o desenvolvimentismo adquiriu um caráter associado ao ocidentalismo e às relações especiais com os Estados Unidos. Mas o objetivo era o desenvolvimento, a qualquer custo. Em especial, o desenvolvimentismo liberal procurava na busca de proteção da potência hegemônica e no anti-comunismo as justificativas para os investimentos de capitais externos no país. A política de relaxamento cambial e a remessa de lucros também faziam parte do mesmo desenho liberalizante que as políticas externas de Dutra, Castello Branco e Collor tanto ansiavam ver implementadas.

Entretanto, o vetor desenvolvimentista da política exterior do Brasil encontrou seu modelo ideal fora do liberalismo. Foi através do nacionalismo desenvolvimentista ou do nacionalismo de fins que o país levou adiante sua conduta de busca de autonomia nas relações internacionais. O pragmatismo se associou de forma ainda mais evidente na cálculo do desenvolvimento pela via da política estratégica de controle dos setores fundamentais da economia pelo Estado.

No segundo governo de Vargas, na fase da chamada “Política Externa Independente”, nos governos militares a partir de Costa e Silva até o governo civil de José Sarney, e em medida menor no governo do Presidente Itamar Franco, o nacionalismo foi a via apresentada para conduzir o desenvolvimento. A desideologização da política exterior, o universalismo, o protecionismo alfandegário como uma forma de expansão do parque industrial, a nacionalização da segurança, entre outros aspectos, foram as bases para a construção do modelo mais consistente de inserção internacional no período do pós-guerra até os dias de hoje.

Houve certa tensão entre as duas tendências anteriores ao longo do período, mas ela sempre refletiu as próprias contradições da sociedade. Eram diferentes formas de conceber a própria inserção do país apregoadas por interesses divergentes no controle do Estado brasileiro. A tensão também traduzia as contradições da realidade social do país e a interpretação de suas elites sobre essa mesma realidade. No fundo, tratava-se de desenvolver o país através da crença na grandeza natural do país e nos benefícios da inversão estrangeira direta no projeto do desenvolvimento ou através da crença no desenvolvimento interno dos “fracos” a partir de suas próprias qualidades e mecanismos autonomistas de atuação no sistema internacional. Terminou prevalecendo a segunda tendência.

O domínio da segunda tendência, entretanto, não significou a exclusão da primeira. Ambos aspectos estiveram presentes sempre na ação diplomática, nos cálculos dos estrategistas e nas posições brasileiras defendidas nos organismos internacionais. É preciso ainda reconhecer que em governos como

o de Juscelino Kubitschek houve um alto nível de simbiose entre as duas tendências.

De uma forma ou de outra, é preciso reconhecer que houve ganhos importantes com a definição de um grande objetivo comum aos agentes da política externa do país. Diplomatas profissionais, militares nacionalistas, técnicos do ISEB, conspiradores udenistas, etc, quase todos estiveram de acordo com os objetivos gerais do desenvolvimento. Essa coesão de propósitos no meio das discórdias forneceu base sólida para a ação da diplomacia pragmática do Brasil ao longo das últimas décadas.

Mas muita ilusão foi também engendrada. Convive-se hoje no Brasil, em meio da des(ordem) internacional, com os problemas advindos da crença absoluta no nacional-desenvolvimentismo.

O Brasil na Des(ordem) Internacional

O Brasil na des(ordem) internacional dos anos oitenta e início da década de noventa é o mesmo Brasil do colapso do modelo do nacional-desenvolvimento. A desestabilização interna trouxe alarmantes preocupações para a reinserção internacional do país. Depois de ser considerado paradigma de desenvolvimento para países de todo o mundo no final da década de sessenta e nos anos setenta, com índices de crescimento superiores aos dos tigres asiáticos, o país declina.

O Brasil, que passou a ser considerado o “último da classe” na América Latina, em diagnósticos dramáticos de agências internacionais, parece não encontrar o novo rumo na des(ordem) internacional. Alguns falam em um processo lento e doloroso de africanização do intruso. Depois do Zaire e da Rússia, o Brasil é o país com maior inflação do mundo.

A referência internacional de desenvolvimento que representava o país no final da década de sessenta e durante toda a década de setenta não encontra eco na década de oitenta e início dos anos noventa. Os pessimistas falam que a corrida do desenvolvimento do Brasil está perdida para seus vizinhos. Os relatórios anuais de 1992 do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe, a CEPAL, informam aos formuladores de política exterior do Brasil os dados da tragédia: o PIB de toda a América Latina, sem a inclusão do Brasil, aumentou 4,3% em 1992, contra 2,4% quando o Brasil é incluído nas estatísticas.

No centro da confusão em que se meteu o Brasil existiu um problema de identificação imaginária e linear das elites do país, até poucos meses atrás, com a chamada “modernidade liberal” que levou ao enfraquecimento do Estado. O discurso neoliberal implementado pelo ex-presidente Fernando

Collor, com extrema ressonância em parte das elites do país, partiu da premissa que havia uma ordem internacional estabelecida, com regras econômicas e políticas precisas na direção da acumulação flexível do capital e na total interdependência dos mercados. A modernidade obtusa, e nunca definida, deveria ser alcançada a qualquer custo, mesmo com a desidentificação da Nação.

O centro das redefinições propostas pelo presidente que tomou assento presidencial em março de 1990 foi o reforço dos laços com o Primeiro Mundo. Argumentando que as disputas entre o Brasil e os Estados Unidos eram um “capítulo encerrado” do relacionamento entre os dois países, o segundo presidente civil depois do período militar prometeu recolocar o país nos trilhos do desenvolvimento e da modernidade capitalista através do relacionamento preferencial com as economias ocidentais avançadas. O discurso expressava a doce ilusão do “liberalismo associado” do governo Dutra e o desconhecimento da complexidade de um período de transição nas relações internacionais.

Ora, a des(ordem) internacional tem se mostrado muito mais ambivalente e contraditória. A chamada interdependência dos mercados e a propalada globalização financeira, pilares dos novos tempos modernos, convivem com a retórica da constituição dos blocos regionais e com o separatismo econômico e político. Os Estados Unidos e o Japão, árdios defensores dos mercados abertos, peejam mais abertamente ainda pelas suas fronteiras protecionistas e nacionalistas. Em certo sentido, preservam as regras do nacionalismo econômico e exigem dos parceiros fracos o neoliberalismo econômico.

No meio de tais contradições, o Brasil e muitas outras nações foram levadas aos padrões de produção e consumo universalizados, que não obedecem fronteiras nacionais. Mas, contraditoriamente, tais padrões são constituídos dentro de regras ainda nacionais, nas condições ditadas pela convivência política e cultural dos diferentes povos, dos seus ordenamentos legais e dentro de um território com soberania *de jure*.

De qualquer forma, nem tudo dever ser visto com pessimismo. O Brasil enfrenta os problemas da sua vastidão, e aqueles advindos do peso relevante dos altos níveis de eficiência que conseguiu antes na ordem internacional declinante. Há um esforço para recuperar os espaços que deve ser sublinhado e que tem várias dimensões.

Em primeiro lugar, houve avanços no que se refere à leitura da (des)ordem internacional. Os equívocos entrincheirados no discurso que prometia elevar o país a uma condição de desenvolvimento comparável ao do Primeiro Mundo foram extirpados da agenda da política externa do país no final de 1992. De forma muito mais realista e coerente com a tradição profissinal da diplomacia brasileira, as elites políticas passaram a fazer uma apreciação do interesse

nacional menos eufórica e mais conseqüente com os novos desafios internacionais do país. Esse é um ganho do governo do presidente Itamar Franco.

Em segundo lugar, a chamada integração latino-americana transforma-se gradativamente em uma fonte extremamente relevante de contatos políticos e da discussão regional de soluções comuns para os temas do atraso e da nova inserção internacional do Brasil na região e no mundo. Apesar das limitações econômicas, a concertação atual é comparativamente mais cautelosa e pragmática que as experiências anteriores da ALALC e ALADI.

O Tratado de Assunção, assinado pelo Brasil com a Argentina, Paraguai e Uruguai em 26 de março de 1991, constituiu-se um instrumento diplomático original que, apesar de suas modestas dimensões, dá nova face à inserção internacional do Brasil e dos seus vizinhos. O processo negociador da construção do Mercado Comum do Sul, o MERCOSUL, já instaurou uma intensa atividade institucional e técnico-operacional, com a tradução objetiva de resultados concretos tanto nos contatos governamentais quanto empresariais.

O incremento da competitividade dos produtos brasileiros e dos outros países da região do MERCOSUL em mercados terceiros tornou-se meta central na nova realidade industrial no processo de integração. O mesmo pode ser dito no que se refere ao peso da agricultura na integração bem como na questão das normas e regulamentos técnicos do MERCOSUL, que envolvem desde a harmonização dos trâmites e legislações aduaneiras até as questões de transporte, energia e meio ambiente. Essa é uma dimensão alvissareira para o Brasil e para a região.

Em terceiro lugar, há a própria expectativa positiva no Brasil no que se refere às oportunidades da Europa comunitária. Do ponto de vista do Brasil, como lembrou recentemente o ex-Ministro das Relações Exteriores Fernando Henrique Cardoso, a integração européia desempenha papel central na política externa brasileira, desde o seu impacto sobre o comércio exterior brasileiro à influência que ela exerce sobre questões como a Rodada Uruguai do GATT.

Em particular no que se refere às relações econômicas com o bloco europeu, é preciso também lembrar que apesar dos problemas estruturais da economia brasileira, ela ainda é o suficientemente diversificada, com poderosa base industrial e extremamente competitiva em certas áreas. Isso certamente será um fator que continuará jogando um peso relativo significativo da nona economia do mundo com o resto do sistema produtivo e consumidor internacionais.

Finalmente, novas oportunidades aparecem no contexto do Atlântico Sul e que não devem ser desconsideradas pelo formulador de política externa no

Brasil. Com o desmantelamento do apartheid na África do Sul desde o início da década atual, que caiu muito mais pela necessidade de expandir uma economia ainda vigorosa cujo produto interno bruto oscila em torno dos oitenta bilhões de dólares (maior que a própria economia argentina e representando cerca de oitenta por cento de toda a massa econômica da África Austral), novas possibilidades se abrem para o Brasil na sua fronteira atlântica.

Angola e Moçambique já buscaram os termos de entendimento econômico e político com a África do Sul. Ao mesmo tempo, os membros da Comunidade Econômica Européia, especialmente a Grã-Bretanha, Alemanha, França e Portugal, trataram de reativar as relações com a potência regional da África Austral.

O Brasil, ainda que lentamente, volta-se comercialmente para a África do Sul, com novos níveis de intercâmbio que alcançaram, em 1992, cerca de trezentos e setenta milhões de dólares. Com os compromissos anteriores com a África Negra Atlântica que devem ser mantidos, e com a natural aproximação à instável Angola, o Brasil deve ocupar papel central na rearticulação da “Zona de Paz e de Cooperação do Atlântico Sul” em uma direção finalmente econômica tão frutífera aos dois lados do Atlântico.

Para alguns formuladores de política externa em ambos os lados do “riachuelo” atlântico, a nova cooperação sem apartheid na região daria alento aos planos integracionistas tanto do MERCOSUL como da SADCC, na África Austral. A cooperação entre as duas regiões ficaria assim facilitada. No momento em que Angola conseguir superar as dificuldades políticas ressurgidas com as eleições gerais de 1992 e com a guerra civil declarada desde então, talvez seja também “realista” pensar em uma verdadeira comunidade econômica do Atlântico Sul, sob a coordenação política de Brasília, Buenos Aires, Luanda e Pretória.

Na verdade, qualquer sistema de coordenação política entre os países do Atlântico Sul trará benefícios para a reinserção do Brasil nas negociações com outros mercados de poder regional, em particular com o NAFTA e o MCE.

Texto apresentado na Mesa Redonda As Relações Internacionais no Brasil, 22/7/1993.